



I CONGRESSO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO DA ALTA ESTREMADURA

ARQUEOLOGIA . HISTÓRIA . HISTÓRIA DA ARTE . PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL 2016

FICHA TÉCNICA

Título:

1.º Congresso de História e Património da Alta Estremadura

Autores:

- Painele de Arqueologia

Anabela Joaquineto
Ana Graça
António S. Pereira
Eurico de Sepúlveda
Guilherme Cardoso
Inês Ribeiro
Isabel Inácio
Jaqueline Pereira
João Pedro Bernardes
Jorge Russo
Maria Luísa Marques Batalha Santos
Nuno Ribeiro
Paulo Costa
Raquel Maria da Rosa Vilaça
Severino Rodrigues
Sofia Ferreira
Vânia Carvalho

- Painele de História

Carlos Fernandes
Manuela Santos Silva
Manuel Augusto Dias
Margarida Herdade Lucas
Maria da Luz Franco Monteiro Moreira
Miguel Portela
Ricardo Charters d'Azevedo
Ricardo Pessa de Oliveira

- Painele de História da Arte

Ana Patrícia Rodrigues Alho
José Francisco Ferreira Queiroz
Luciano Coelho Cristino
Marco Daniel Duarte
Marisa Oliveira
Milton Pedro Dias Pacheco
Pedro Redol

- Painele Património Cultural e Natural

Acácio de Sousa
Ana Margarida Louro Martinho
António Maduro
Carlos Ferreira
Cláudia Neves
Cristina Nobre
Dóris Santos
Gustavo Medeiros
Hugo Mendes
Hugo Neves
João Fiandeiro Santos
João Forte
João Luís Jesus Fernandes
Jorge Amador
Jorge Martins
Lucinda Silva
Luís Mota Figueira
Marise Silva
Pedro Alves
Raquel Janeirinho
Rui Remígio
Rui Venâncio
Sérgio Medeiros

Edição:

CEPAE | Centro do Património da Estremadura

Concepção gráfica:

Sónia Mendes



Praça/ Edifício Mouzinho de Albuquerque
2.º andar, Sala 1, Apartado 188
2440 - 901 Batalha
Tel.: 244 766 199
www.cepae.pt

Apoio Institucional:

Câmara Municipal de Ourém

A IDADE DO BRONZE NA ALTA ESTREMADURA: DEPÓSITOS METÁLICOS E SUA CONEXÃO COM O ESPAÇO

Raquel Vilaça

Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e CEAACP-FCT.

rvilaca@fl.uc.pt

Tomando como referência espacial a região da Alta Estremadura, mas não se circunscrevendo a ela no seu limite setentrional, i.e. com incursões no sul da Beira Litoral, analisa-se neste texto o fenómeno das deposições metálicas (cobre/bronze e ouro) da Idade do Bronze na óptica da sua articulação com o espaço e, simultaneamente, de criação de lugares com significado.

São diversos os testemunhos conhecidos, resultantes maioritariamente de achados antigos, mas poucos os estudos de síntese. Aquele potencial informativo é, pelas condições em que nos chegou (efectuados de forma casuística, com desconhecimento dos respectivos contextos e sem controlo de registo de índole científica), bastante redutor, desde logo na própria identificação. Ainda assim, é possível explorá-lo, seja na caracterização intrínseca das diversas materialidades conhecidas, seja na percepção do potencial metafórico que evocam (pela forma, pela função, pela condição física, pela cor, etc.), seja ainda na sua conexão, física e simbólica, com os sítios, os lugares e os territórios envolventes, numa abordagem que se pretende globalizante, mas que se sabe não poder ser totalitária.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objectivos

O poder do metal é enorme. A prática da sua deposição de forma estruturada, e não arbitrária, reforça-o. Foi-o, intrinsecamente, pelo seu valor físico (peso e volume), e, socialmente, como veículo de mensagens e bem de prestígio para quem o produziu e manipulou, neste caso, os antigos habitantes da Alta Estremadura, já lá vão mais de 3000 anos. É-o para quem o recuperou, para a ciência arqueológica, e persegue seus significados, seja nas esferas económica e tecnológica, seja nos domínios ritual, simbólico e social.

O presente texto¹ tem como objectivo de fundo analisar o fenómeno dos depósitos metálicos (cobre/bronze e ouro) na Alta Estremadura durante a Idade do Bronze. Trata-se de um primeiro ensaio de síntese, com limitações várias e de diversa ordem, a aprofundar e completar futuramente em trabalho de maior fôlego. A escolha decorreu, por um lado, do interesse que aquele tema assume para o período em questão e, por outro, pela sua pertinência na Estremadura (na Alta e na Baixa), onde são numerosos os testemunhos conhecidos, existentes ou, lamentavelmente, já perdidos, mas de que se conservou alguma memória. Procurámos sistematizá-los sem excessivas preocupações de exaustividade porque a proposta não é a de elaborar uma carta arqueológica dos depósitos. Pretendemos antes, partindo da análise dos, ou de alguns dos, mais expressivos, recuperar possíveis significâncias que os envolveram, seja na forma e função, seja no modo como foram concebidos e socialmente manipulados. Nesse entendimento é necessário capturar a sua articulação, física e simbólica, com os sítios habitados e outros que serviram de guarida aos mortos, isto é, tentar chegar, através deles, aos que os produziram, manipularam e depositaram. Perceber o que diferencia o fenómeno deposicional nesta (de esta) região, o que lhe é particular, ou, pelo contrário, o que a indiferencia de outras nesta temática, constitui um outro objectivo.

¹ Este texto, redigido em finais de 2011, sofreu pequenas adaptações em Novembro de 2013, não tendo sido possível proceder a actualizações de maior profundidade. Em Janeiro de 2016 procedeu-se a nova revisão de provas, não se alterando conteúdos, mesmo alguns que se justificavam. O trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto "Questionando o Bronze e o Ouro: produção e deposição do metal na Idade do Bronze do Ocidente Peninsular", apoiado financeiramente pela Fundação Calouste Gulbenkian, a quem se agradece.

Nesta linha, e partindo de bases empíricas, sublinhamos igualmente que as designadas “arqueologia do objecto” e “arqueologia do povoamento” não devem ser encaradas de forma dicotômica, mas antes apreendidas de forma integradora. Para tanto, atender-se-á ao duplo papel da Alta Estremadura na Idade do Bronze enquanto território polarizador e região de passagem, com base, precisamente, no poder do metal como estratégia catalisadora das dinâmicas sociais da época. Serão ensaiados diversos modelos interpretativos, distintos mas conciliáveis, porque de escala diversa, que ajudarão ao entendimento da praxis e das relações dos agentes sociais regionais entre si e com os *outros*, ao nível da mobilidade humana, da circulação de bens, neste caso metálicos, e da troca de conhecimento.

1.2. O tempo e o espaço

O período de tempo sobre o qual incide a nossa análise abrange o que, convencionalmente, se designa por Idade do Bronze, desenrolando-se ao longo do II milénio a.C. e alcançando ainda os dois primeiros séculos do seguinte. Durante esses mais de mil anos ocorreram profundas transformações nos campos tecnológico, económico, social, político e simbólico, mas foi na etapa final desse período que se operaram importantes mudanças, cabendo aqui destacar as decorrentes do desenvolvimento da metalurgia do bronze e do ouro, bem como da intensificação dos contactos entre regiões distintas, vizinhas ou bem mais distantes. Emergem e afirmam-se, então, a nível regional, núcleos de poder politicamente estruturados em que o metal —, o seu fabrico, o seu controlo, a sua ostentação, ou a sua amortização — é estratégico. As populações, já plenamente sedentarizadas e consciencializadas do sentimento de pertença a um lugar e a um território, parecem ter tido particular apreço por sítios de altura e com boa visibilidade para se instalarem, embora outros lugares mais discretos na paisagem tenham sido igualmente habitados. Mas o controlo do espaço envolvente e especialmente direccionado para vias naturais de passagem terá sido primordial numa fase em que os contactos, as trocas, as viagens, conheceram papel cimeiro e inigualável até então.

Na Alta Estremadura² não só foi também assim, como particularmente assim. É sabido que as regiões, qualquer região, comporta(m) em si muitas regiões, seja pela forma como é (são) focalizada(s), seja pela própria historicidade. Por isso, as regiões expandem-se, contraem-se, ganham e perdem terras, deslizam e movimentam-se³. A Estremadura enquadra-se em pleno nesta concepção pela sua mutabilidade a nível de fronteiras, tendo já atingindo o Douro e ultrapassado em

² Aqui entendida tal como o foi pela organização do Congresso a que estas actas respeitam, embora não a tomando no seu todo (por motivos vários, designadamente de espaço, deixamos “cair” a região da Nazaré e Alcobaça).

³ Mattoso *et al.* 2011: 13.

muito o Tejo. Sucedendo-se à Beira Litoral sem solução de continuidade⁴ e tendo como seu possível limite setentrional o Baixo Vale do Mondego⁵, a Alta Estremadura é, formalmente, longitudinal, acompanhando de perto a fachada atlântica a sul deste rio. Apresenta, não obstante a sua limitada largura, um significativo contraste entre a área costeira mais aplanada e o interior montanhoso, reflectindo o contacto que aí ocorre entre duas distintas unidades morfoestruturais, a chamada Orla Sedimentar Mesocenozóica e o rebordo ocidental do Maciço Antigo Ibérico. De norte para sul, destacam-se as serras calcárias do Rabaçal, Sicó, Alvaiázere, Aire e Candeeiros. A paisagem é, assim, marcada por contrastes entre colinas e cadeias montanhosas com seus planaltos e vales que as serpenteiam, configurando corredores naturais de circulação milenarmente percorridos. E ainda por múltiplos rios e ribeiras, com destaque para as bacias do Baixo Mondego (margem sul), Lis e Alto Nabão. Veremos como todos estes traços físicos se articularam com o nosso objecto de estudo.

1.3. O objecto de estudo

O entendimento do que se designa normalmente por depósitos metálicos pode ser tomado em diversas acepções. Num paradigma clássico, formulado ainda no séc. XIX e desenvolvido ao longo do seguinte, os depósitos são definidos como conjuntos de diversos artefactos de um mesmo tipo, ou de vários, com o mesmo estado de conservação, ou associando peças completas, por vezes nunca utilizadas, a outras fragmentadas, depositados simultaneamente num determinado momento, em terra firme ou em meio aquático, e alguns supostamente deixados esquecidos ou tendo sido perdidos.

A esta perspectiva opõe-se uma outra, na qual nos situamos, e que atende à diversidade e pluralidade de situações conhecidas, podendo também contemplar deposições singulares, de uma só peça, deposições ocorridas num mesmo lugar em diversos momentos, num processo cumulativo (substractivo também?), deposições de margem (entre a terra e a água), enfim, acções deliberadas com selecção de artefactos⁶. Por outro lado, a ideia de descontextualização subjacente àquele primeiro paradigma, isto é, sem corresponder a uma situação funcionalmente discriminada, deverá ser afastada, seja porque frequentemente se ignora informação complementar⁷, seja porque todo e qualquer testemunho arqueológico é portador de sentido, ou seja, tem um contexto, ele próprio e o lugar de deposição⁸. Deste modo, revemo-nos também na ideia de que um depósito é, ao mesmo tempo, uma acção, o resultado dessa acção e um lugar⁹.

⁴ Mattoso *et al.* 2011: 494.

⁵ Ribeiro 1968: 274.

⁶ Vilaça 2007.

⁷ Entre várias situações, veja-se adiante, por exemplo, o caso da ponta de lança de Cumieira (Penela).

⁸ Vilaça 2007: 25.

⁹ Bonnardin *et al.* 2009: 15.

Interpretações e explicações (de ordem económica, catastrofista, ritual) são igualmente problemáticas, como bem expressam as diversas categorizações em que têm sido inseridos ao longo de toda a sua historiografia. E assim, teríamos: depósitos de mercador, com reserva de stocks; de fundidor, com sucata para reciclagem; pessoais, simples, complexos, utilitários, rituais, votivos, de fundação, de condenação, etc. Também se atendeu, não só mas muito particularmente a partir de diversos trabalhos de Bradley, em Inglaterra, e de Ruiz-Gálvez Priego, na Península Ibérica, à sua relação com lugares naturais¹⁰ de referência e de passagem, como penhascos, cumes de montanhas, fendas de rochas, encruzilhadas de caminhos, fronteiras, rios (nascentes, vaus, fozes, estuários), grutas, etc. Efectivamente, a maioria de estas situações configura-se naquilo que Tilley também designou como os “ossos” da terra, por oposição ao que é menos perecível (árvores, florestas, flores) i.e. a “pele” da terra¹¹, mas que não deixaria de constituir referência para as populações do Passado e, por conseguinte, lugares susceptíveis de gerarem *estórias*, memórias, sociabilidade. Aliás, o mesmo sucederia para qualquer outra “paisagem visual, olfativa, sonora ou cromática”. Por isso, é fundamental atender aos sítios aparentemente inexpressivos, mas onde poderá ter existido uma árvore, uma floresta, um campo cultivado, uma nascente hoje seca, o lugar onde caiu um raio ou onde tombou o “chefe”, em combate, ou por morte natural. Mas numa abordagem globalizante é ainda imprescindível integrar na leitura dos depósitos os sítios habitados que lhes ficavam próximo, onde se encontrariam os autores e actores sociais das práticas de deposição subjacentes, tornando-os desse modo “depósitos periféricos”¹².

1.4. Dificuldades e contributos

Esta visão alternativa proporciona maiores potencialidades interpretativas, mas também veio criar algum “ruído de fundo”, de difícil controlo, ao contemplar casos como, por exemplo, os dos achados singulares. Contudo, são as condições em que quase sempre a informação nos chegou, a que nos chegou, que agravam e tornam bastante redutora a construção de conhecimento. Tal como sucede para as demais regiões, o desaparecimento de muitas peças metálicas, porque vendidas, roubadas, perdidas e destruídas, impede uma adequada análise nas suas diversas facetas. Outras, dispersas por mãos particulares ou por distintos museus (mesmo quando são peças de um só depósito), de acesso nem sempre fácil, como sucede com vários dos que aqui importam, tornam o seu estudo desmobilizador obrigando, neste caso, a verdadeira peregrinação por mais de treze localidades, incluindo o estrangeiro, e por pelo menos quinze museus. A condição

¹⁰ Bradley 2000: 35.

¹¹ Tilley 1994: 73.

¹² Vilaça 2007: 63.

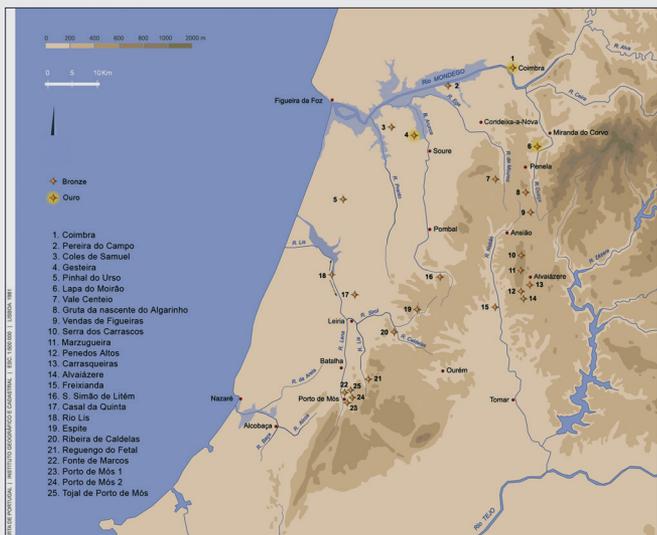


Fig.1 – Carta de distribuição dos depósitos mencionados no texto (“Carta de Portugal”, esc. 1: 500 000 adaptada a partir de Alarcão, J. In *Territorio Colimbric: lugares velhos (e alguns deles, deslembados) do Mondego*, Lisboa, Trabalhos de Arqueologia 38, 2004, mapa 1 e de Bernardes, J.P. *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Promontoria Monográfica 06, 2007, mapa 4 para os paleoestuários do Mondego e do Lis, respectivamente).

de corresponderem a achados inesperados, sem controlo de registo no momento de achado por parte de arqueólogos, agrava-o.

Todavia, e não obstante tantas limitações, deve ser sublinhado o mérito de muitos dos que nos antecederam, mesmo que tal se tenha traduzido, por vezes, em meras pistas e referências, mas a que se juntam também outros estudos mais consubstanciados. São todos esses contributos que nos permitem agora reunir informação passível de ser explorada segundo perspectivas outras. Assim, para os depósitos da Alta Estremadura importa não perder de vista nomes como os de Possidónio da Silva, Estácio da Veiga, Vieira Natividade, Leite de Vasconcelos, Santos Rocha, Tavares Proença Júnior, Luís Monteagudo, D. Domingos de Pinho Brandão, Bairrão Oleiro, André Coffyn, Philine Kalb, etc.

2. OS DADOS

Com as características antes enunciadas sobre um possível entendimento do que é um depósito metálico, reunimos, sem carácter de exaustividade — sublinhamos que não é uma carta de achados, mas uma carta de conhecimento filtrado por quem a propõe —, cerca de vinte e cinco registos¹³ (três dos quais em ouro, os demais de cobre/bronze) para a região em análise (Fig. 1). Numa abordagem inicial, e por critérios meramente operacionais, sem qualquer significado de ordem cultural, propõe-se uma sistematização em quatro áreas distintas: Baixo Mondego, vales do rio de Mouros e Corvo (ou Dueça), Alto Nabão e Bacia do Lis; em falta e a incluir em trabalho futuro, a zona abrangida pelos territórios dos concelhos da Nazaré e de Alcobaça definirá uma quinta área na Alta Estremadura.

2.1. O Baixo Mondego

Esta zona da Plataforma Litoral, pautada por horizontes abertos sobre superfícies aplanadas, destaca-se pelo rio que a estrutura, verdadeira via natural de penetração do Atlântico para o *hinterland* imediato ou para as terras montanhosas mais interiores. Na sua margem sul, aquela que ora se analisa, afluentes como os rios Prazo e Arunca reforçam essa facilidade de comunicação até às plataformas onde se desenvolvem pequenas colinas que encostam aos contrafortes ocidentais das serras calcárias de Rabaçal e Sicó. São, porém, escassos e

¹³ Não cabe nos objectivos e limitações de espaço deste texto a análise pormenorizada de cada um dos achados em termos de composição, análises tipológica, arqueometalúrgica, etc., pelo que seleccionámos e comentámos apenas alguns casos.



Fig.2 – Machado plano de Pereira do Campo.

dispersos os registos, reveladores do muito que ainda se desconhece ou traduzindo, na realidade, relativo armamento, só pontualmente interrompido. Ao que parece, privilegiaram-se as encostas mais abrigadas do interior, como veremos.

Como potenciais deposições metálicas contam-se dois colares maciços de ouro, um que se supõe ser de Coimbra¹⁴, outro encontrado em Gesteira (Soure)¹⁵, um machado plano de “tipo Cabrales” proveniente das margens do Mondego, junto a Pereira do Campo (Coimbra)¹⁶ (Fig. 2) o presumível depósito de bronzes atribuído a Coles de Samuel (Soure)¹⁷ e o achado de Pinhal dos Alhais (Figueira/Pombal) efectuado, em 1913, em sítio hoje difícil de localizar com precisão¹⁸, e já no limite sul da área definida.

Quanto a este último, trata-se de conjunto de peças em bronze em medíocre estado de conservação, dadas a conhecer por Philine Kalb que as interpreta como ferramentas de provável produção de ourives ambulante¹⁹. São referidos três punções, três lingotes cortados à medida para serem trabalhados, três outras peças de sucata para serem fundidas e dois punhais. A autora chamou justamente a atenção para o facto de uma das peças de sucata, possível fragmento de cinzel, apresentar-se decorado como que tendo servido a prévia experimentação do ourives com punção oco antes de efectuar a decoração na peça que fabricava. Admite ainda, com base em paralelos etnográficos de ourives Tuareg, do norte de África, que as ferramentas poderiam ter sido guardadas em saquinho de couro²⁰.

Não é fácil encontrar, de forma inequívoca, uma explicação para este achado. Se a sua interpretação como conjunto de ourives nos parece credível, aliás tal como a sua hipotética protecção em saquinho de couro, mais difícil é conciliar a hipótese de se tratar de pertença de ourives ambulante com a informação prestada na carta mencionada na nota 17, onde ainda se afirma que “*é vulgar colherem-se ali [no Pinhal de Alhais] mais peças idênticas e de cerâmica*”. Se, efectivamente, desconhecemos a real situação, esta informação deixa em aberto a possibilidade de mais alguma coisa existir, pelo que a classificação do conjunto como depósito é insegura, motivo que reforça o quanto importante seria localizar o sítio de achado. Será que na área em causa, dominada pela platitude quase desértica das dunas da Plataforma litoral, para além do conjunto de ourives (ambulante?) poderá existir pequeno habitat ou sepultura? Ambulante ou sedentário, o que parece certo é que um artífice, ourives ou tão-só metalurgista do bronze, deixou vestígios da sua actividade em lugar perfeitamente insuspeito.

¹⁴ Sobre esta problemática específica, veja-se Vilaça 2006. A confirmar-se a mais do que provável ocupação no Bronze Final da colina onde nascerá Coimbra, aliás na continuidade de uma ocupação neolítica e calcolítica (Vilaça e Cunha-Ribeiro 2008: 24 e fig. 13), teríamos aí localizado um povoado capital com deposição aurífera.

¹⁵ Armbruster e Parreira (coord.) 1993: 54-55.

¹⁶ Em estudo pela autora e Carlo Bottaini.

¹⁷ Pereira 1971. O local preciso de achado, confirmado pelo Senhor Martins, autor da descoberta, foi identificado na “Horta do Casalinho”, Samuel (Ferreira e Lapa 1991, ficha nº 14).

¹⁸ Segundo informação que nos foi cedida por Isabel Pereira em Setembro de 2001, na altura Directora do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), onde as peças se encontram, as mesmas terão sido encontradas “junto à estação de tratamento de águas da Celbi”. Na carta, datada de 18 de Junho de 1955, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz pelo responsável da entrega, Sr. Manuel de Oliveira Ferreira e Silva, regente florestal, residente em Leiria, e que tivemos oportunidade de consultar (ofício 308) nos arquivos do museu, apenas se refere o achado “no Pinhal de Alhais, à Mata do Urso”, sem outra precisão.

¹⁹ Kalb 1998: 161-162 e figs. 1 e 2). Verificámos que as peças 1 e 2 da fig. 1 de Kalb, interpretados como lingotes, colam entre si formando peça completa.

²⁰ Kalb 1998: 162; Vilaça 2007: 66.

2.2. Os vales do rio de Mouros e do Corvo

Na região drenada por estes cursos de água desenham-se longos corredores naturais moldurados pelos relevos calcários, que se situam a poente, e pelos contrafortes do rebordo montanhoso do Maciço Antigo Ibérico, com destaque para a serra xistosa da Lousã, verdadeira fronteira natural, a nascente.

Tivemos recentemente oportunidade de analisar os interessantíssimos achados metálicos da Idade do Bronze conhecidos nesta área, nomeadamente no que respeita os seus contextos, incluindo os de habitat e os funerários²¹. Além do machadinho de alvado e duplo anel de “tipo 41 G” de Lourais, Vale Centeio (Pombalinho, Soure) sobre o qual pouco mais se sabe²², centremos a nossa atenção nos três achados do concelho de Penela.

Na mesma linha testemunhada pelos colares de ouro de Coimbra e Gesteira, os quais espelham a notável capacidade de acumulação de riqueza por parte das elites do Bronze Final, a designada “argola de Penela”, maciça, tal como aqueles, e com o peso de 1950 g²³, corresponde a uma das mais importantes peças de ourivesaria arcaica do território português, como aliás dão conta inúmeros trabalhos que se lhe referem. Merece, por isso, particular atenção.

O achado remonta a Outubro (ou Março, conforme as fontes) de 1883 e resultou de inocente brincadeira de pastora, Augusta de Jesus, de sete (ou treze anos, consoante as fontes), que se entretinha a esgravatar a terra, junto à Lapa do Moirão, sobranceira ao Vale do Melhorado (S. Miguel). Infelizmente, mas não surpreendentemente, e tal como tantas outras peças auríferas, desconhecemos hoje o seu paradeiro, uma vez que foi roubada, em Outubro de 1910, do Palácio das Necessidades onde se encontrava integrando a colecção do rei D. Fernando, que a adquirira por um conto e quinhentos mil reis (ou dois contos de reis, segundo as fontes existentes). Se é certo que estas informações nem sempre coincidem e são, aliás, de somenos, seguro é o estudo e imagem publicados por Possidónio da Silva²⁴ a partir de fotografia de José Maria dos Santos, onde é feita minuciosa descrição e se atribui, correctamente, ao final da Idade do Bronze. Logo depois, Martins Sarmento valorizará a peça, defendendo que “*saiu dum fábrica indígena*”, embora sem lhe atribuir cronologia precisa²⁵. Técnica, forma, decoração e cronologia estão hoje perfeitamente identificadas e caracterizadas, inserindo-se no que se designa de “tipo Sagrajas-Berzocana”, grupo caracterizado pela existência de colares anulares maciços obtidos por deformação plástica, abertos ou

²¹ Vilaça 2008; 2012.

²² Monteagudo 1977: 248, Tafel 118; Vilaça 2008: 80, fig. 4-1.

²³ Oliveira 1884: 192.

²⁴ Silva 1883.

²⁵ Sarmento 1933: 287.

com fecho, de maior espessura na parte central (como é o caso), com decoração incisa geométrica (como também se verifica). Sublinham ainda aqueles autores a reduzida dimensão do diâmetro da argola (pouco mais de 10 cm) para ser utilizada como colar, aspecto que hoje tem sido interpretado por diversos investigadores pela eventual conotação feminina da jóia e como correspondendo a dote de mulher de elevado estatuto social.

Jóias deste tipo aparecem normalmente isoladas, ou formando pequenos conjuntos de dois ou três exemplares. Neste caso deve ser valorizado o seu contexto de achado numa gruta ou lapa inclusa nos conglomerados da “Formação de Castelo Viegas”, com uma área de cerca de 3 m² e uma altura, na zona da entrada, de pouco mais de 2m, aberta para o fértil vale da Ribeira de Vale Melhorado, subsidiária do Corvo. Note-se que a lapa passa despercebida quando se percorre a encosta sobranceira ao vale, só sendo visível precisamente das margens junto à ribeira. Sem dúvida, uma deposição que não terá sido aleatória, antes efectuada em local intencionalmente escolhido, talvez conjugando o valor ritual das águas, que correm perto, com a protecção das rochas, elas próprias ocultas.

Situação não muito distinta é a que revela o achado da ponta de lança de alvado de lâmina estreita com nervura longitudinal na Gruta da Nascente do Algarinho. Casualmente recolhida, em 2001, a cerca de 50 m da entrada, numa canalleta lateral existente ligeiramente acima do leito da cavidade, presume-se que terá vindo à superfície por arrastamento provocado pelo aumento dos caudais registados naquele ano²⁶. Anos mais tarde, foram também recolhidos no interior da gruta três crânios humanos (um adulto masculino e dois femininos, um destes com possível trepanação) e um fémur²⁷ alertando para a possibilidade de se tratar de contexto eventualmente funerário e ritual, caso fosse confirmada a contemporaneidade da lança com os restos antropológicos.

Uma outra ponta de lança do mesmo tipo mas de lâmina em “forma de trevo”, encontrada em 1904 nas Vendas das Figueiras (Cumieira), tem sido interpretada como achado isolado²⁸ podendo ser, por conseguinte, considerado um depósito singular. Todavia, algumas informações da época apontam para o contrário, o que justifica que lhe dediquemos mais algumas linhas. Quer *O Século* de 1 de Março de 1906, quer o *Diário de Notícias* de 8 do mesmo mês e ano noticiam escavações realizadas na proximidade das “*Vendas dos Figueiras*” onde se encontraram “*umas ossadas debaixo d’umas lages de cantaria*” [...] “*algumas têm forma rectangular, medindo 1,50 x 0,80 m e outras vêem-se quase todas enterradas*” e

²⁶ Pessoa 2003.

²⁷ Cunha 2008. Agradecemos à Prof.ª Eugénia Cunha as informações sobre o estudo antropológico que coordenou.

²⁸ Coffyn 1985: 34.

ainda “pequenos utensílios tais como pontas de lança”; as notícias dizem também que “uma romaria de povo das vizinhanças tem ido ver as escavações feitas, que foram interrompidas por impedimento do dono da propriedade”. Em complemento, Leite de Vasconcelos ao referir-se à oferta da lança pelo Sr. Manuel Fernandes Júnior, do Avelar, afirma que teria sido achada “junto de umas lages por cima das que constituíram a sepultura a que se refere *O Século*...”²⁹. Por outro lado, a norte de Venda das Figueiras terá existido um dólmen no “A-do-Laço”, entre S. Paulo e Câneve, ao qual também se atribuiu o achado de uma “lança de cobre... e de um alfinete do mesmo metal”³⁰. Este autor localiza o outeiro do Laço na encosta sueste do Castelo do Sobral (S. Miguel) e refere também a existência de sepulturas próximas que forneceram “*objectos grosseiros de barro*”.

Como é óbvio, todas estas informações são de bastante interesse, embora algo dissonantes. Parece ser inequívoca a existência de um contexto funerário tendo em conta a existência de ossadas. Mais dúbio são o(s) tipo(s) — só um dólmen, ou também outros tipos de sepulturas? — e a sua associação directa à lança e a outros materiais. Também parece ser certa a existência de um povoado muralhado no Castelo do Sobral, sobranceiro ao Dueça e situado um pouco a norte de Vendas das Figueiras, onde, em inícios dos anos noventa do século passado, também se recolheram fragmentos cerâmicos de fabrico manual³¹. Face a todas estas pistas, não será de afastar a hipótese da existência de uma dupla povoado/espço funerário. Afigura-se-nos situação ainda com alguma potencialidade de ser melhor conhecida (malgrado o massacre de pedreiras que a área tem conhecido), tendo até em conta a notícia de *O Século*, de que os trabalhos terão sido interrompidos. Talvez atenção particular sobre a zona pudesse ajudar em alguma coisa e complementar informação tão interessante quanto difusa.

2.3. O Alto Nabão

Passando à terceira área por nós definida, confrontamo-nos, em termos geomorfológicos, com uma situação não muito distinta da anterior, mas onde assume papel destacado na fisionomia regional o cordão de serranias que, a oriente do Nabão e de Ansião a Alvaiázere, encontram o seu ponto alto nos 618 m do cume desta última. Trata-se, aqui, de uma das mais significativas zonas de concentração de materiais de bronze da Alta Estremadura entre os quais encontramos depósitos de particular interesse, seja pelo conteúdo, seja pelo elevado valor simbólico da sua localização de deposição.

²⁹ Vasconcelos 1913: 139.

³⁰ Jarnaut 1915: 81-82.

³¹ Silva e Salgueiro 1991: 121-129.



Fig.3 – Machado unifacial da Serra dos Carrascos, com cabo reconstituído.



Fig.4 – Punhal de “tipo Porto de Mós” de Alvaiázere (achado próximo dos Penedos Altos).

Neste último caso destaca-se o sítio dos Penedos Altos, pináculos naturais que se erguem sobre a estrada que liga Ourém a Alvaiázere e conhecidos popularmente como “Portas de Alvaiázere”; junto aos quais foi encontrado, na fenda de uma rocha, um machado unifacial de uma argola de “tipo 36 B”³².

No mesmo trabalho, Santos Rocha dá a conhecer um segundo machado de tipo similar (Fig. 3) encontrado na Serra dos Carrascos entre umas pedras quando se abria um fosso para o fabrico de carvão. Não tem sido fácil localizar esta serra, chegando-se mesmo a afirmar que é desconhecida³³. Todavia, informações orais apontaram-na para o designado “Monte da Ovelha” (Pousaflores, Ansião)³⁴, mas nada obsta que possa antes corresponder à Serra do Castelo, que lhe fica imediatamente a sul e onde existe um castro³⁵, talvez já ocupado no Bronze Final, período em que se insere o machado. A confirmar-se, a peça estaria assim relacionada com o povoado. Na verdade, não nos parece ser possível determinar com precisão a localização da Serra dos Carrascos, topónimo talvez muito abrangente, conforme se depreende das múltiplas referências que lhe dedica Costa Simões: “A Serra dos Carrascos que dá assento a grande parte do [então] concelho de Chão de Couce, estende-se a muita distância, dum e doutro lado, na direcção de norte a sul”³⁶. De facto, comparando a toponímia indicada nesta obra com a registada na “Carta Militar de Portugal”, esc. 1: 25 000, n.º 275, verifica-se o desaparecimento de uma série de topónimos, nomeadamente o da “Serra dos Carrascos”, designação que talvez em meados do séc. XIX identificasse globalmente a sucessão de serras, desde a do Mouro à dos Ariques, a norte da de Alvaiázere.

De lugar não localizado (ou localizável), mas próximo dos Penedos Altos, provém o punhal de “tipo Porto de Mós” (Fig. 4) inicialmente publicado como espada, cuja ponta, fracturada, havia já condicionado Santos Rocha a considerá-lo pertença de algum esconderijo por estar inutilizado e não espólio de sepultura como informara o achador³⁷. O punhal, desprovido da extremidade da ponta, pode ser enquadrado na problemática da quebra ritual de artefactos. Trata-se de estratégia a que recorreram diversas comunidades como forma de destituir determinados objectos, nomeadamente armas, como é o caso, da sua dimensão prática, funcionalista, valorizando o lado simbólico³⁸.

Um outro depósito aparentemente complexo, mas do qual apenas se conhece um escopro foi encontrado nas Carrasqueiras (Pussos/Alvaiázere) “debaixo de umas lajes naturais juntamente com machados do mesmo meta³⁹, nada mais se sabendo.

³² Rocha 1904; Monteagudo 1977: 212.

³³ Coffyn 1985: 393.

³⁴ Silva e Luís 1995: 87.

³⁵ Coutinho 1986: 163-165.

³⁶ Simões 2003 [1860]: 35.

³⁷ Rocha 1904: 13; 1899-1903: 135.

³⁸ Sobre esta problemática, tomando como casos de estudo punhais do Centro do território português, veja-se Vilaça *et al.*, no prelo).

³⁹ Vasconcelos 1917: 145.

Pelo contrário, bem localizado ainda que o sítio de achado em si esteja irremediavelmente perdido, é a Marzugueira (Maçãs do Caminho, Alvaiázere), lugar próximo do local onde se encontraram, em 1924, três espetos articulados⁴⁰, que comentaremos adiante.

O último depósito conhecido nesta área, mas proveniente da outra margem do Nabão, é o de Freixianda (Ourém), mais precisamente do Cabeço de Maria Candal, no lugar da Granja⁴¹, cujo estudo monográfico encontra-se agora disponível⁴². Sem braceletes nem foices, tipos presentes no de Coles de Samuel atrás referido, possui, sintomaticamente, em igual número e tal como este, um escopro, um machado unifacial de uma argola e quatro machados de alvado de duas argolas, para além de uma tenaz merecedora de especial atenção, como veremos.

2.4. A Bacia do Lis

A região definida pela Bacia do Lis, que integra os concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Noroeste do de Ourém, oferece não só assinalável concentração de depósitos como notável variedade no que respeita as cronologias, as tipologias e os contextos de achado. As informações compiladas revelam, por outro lado, potencialidades que não foi possível explorar neste texto e que se remetem para trabalho mais ambicioso, apontando-se aqui apenas breves notas.

Em meados do século passado apareceu uma ponta de lança no Casal da Quinta (Milagres, Leiria), ao que parece a mais de 3 m de profundidade, junto de um regato⁴³, desconhecendo-se actualmente o seu paradeiro.

A bibliografia refere ainda "*quatro instrumentos de cobre análogos aos de Espite*"⁴⁴ i.e. machados planos, aparecidos nas margens do rio Lis, cujo destino também ignoramos. A notícia é suficientemente vaga para sabermos em que trecho do rio foi efectuado o achado, mas esclarecedora quanto às circunstâncias de deposição. Quer este caso, quer a lança integram-se bem no que definimos como "depósitos de margem"⁴⁵.

Bastante mais seguros, mas ainda assim tão limitados, são os dados relativos aos dois depósitos da região mais oriental, respectivamente o de Espite (Ourém) e o de Caldela (Caranguejeira, Leiria), ambos com cronologia antiga dentro da Idade do Bronze. O primeiro, composto por trinta e duas peças (machados planos, punhal e disformes) foi recuperado próximo de pequena ribeira, por ocasião

⁴⁰ Almagro Gorbea 1974; Vilaça 1995: 346. As respectivas fichas de entrada no Museu Nacional de Arqueologia, onde as peças se encontram, indicam "*vestígios de enterramento*", mas tal não deverá ser entendido necessariamente e à letra como lugar de sepultura.

⁴¹ A *Voz da Freixianda*, de Março de 1967, p. 3; Brandão 1970; Coffyn 1985: 213, planche XLIX; Vilaça 2007: 59-61.

⁴² Vilaça, Bottaini e Montero, 2013.

⁴³ A *Voz de Domingo*, de 11 de Junho de 1972, p. 2; Bernardes 2007: 52 e nota 65.

⁴⁴ Vasconcelos 1956: 207.

⁴⁵ Vilaça 2007: 53-56.



Fig.5 – Machado de talão e duplo anel proveniente da zona de Porto de Mós.

do derrube de velhíssimo carvalho, a cerca de 5 m de profundidade, juntamente com cinzas, carvão e fragmentos cerâmicos⁴⁶. O conjunto, notável pelo número de peças tendo em conta o panorama quantitativamente modesto dos conteúdos dos depósitos do território português⁴⁷, foi disperso por várias mãos. Quanto aos outros elementos registados, apontam para especiais condições de deposição, com a envolvimento do fogo. Do segundo salvaram-se três peças (dois machados planos e um punhal de lingueta) de um total em número indeterminado, depósito este revelado pelos desaterros arenosos decorrentes da grande cheia do inverno de 1887 que se fez sentir na ribeira de Cadelas. Também aqui se configura uma situação de “depósito de margem”⁴⁸, merecendo ambos os depósitos estudo monográfico ainda por fazer.

A finais da Idade do Bronze devem ser atribuídos os dois espetos articulados e um machado de alvado de duplo anel aparecidos em circunstâncias desconhecidas, e sem que seja seguro o seu achado conjunto, nas vizinhanças do Zambujal (Reguengo do Fetal, Batalha)⁴⁹.

Em continuidade, a zona de Porto de Mós sobressai pela concentração de achados do mesmo período, nomeadamente com dois outros machados de que se ignora a proveniência exacta, mas encontrados em distintos momentos: um do mesmo tipo daquele, possui os anéis fracturados⁵⁰; o outro é de talão e duplo anel⁵¹ (Fig. 5).

À mesma época e região pertence ainda, em função do desenho da única peça registada (um punhal), o depósito encontrado a norte do lugar de Fonte de Marcos (Porto de Mós), constituído originalmente por aquele e outros materiais, como lingotes e placas informes⁵². Fazendo fé na informação de *A Voz de Domingo*, de 11 de Junho de 1972, esses materiais seriam oriundos do Tojal, o que não é seguro, lugar a que também é atribuído o achado de um machado plano⁵³. Por remota hipótese, poderia ter pertencido àquele conjunto ou, tão-só, constituir achado distinto.

3. TIPOS, ASSOCIAÇÕES, ESPAÇOS E SIMBOLOGIAS

Desenvolvemos alguns comentários sobre situações concretas. Vejamos agora, conjuntamente, outras vertentes. Uma primeira abordagem à conexão dos de-

⁴⁶ Veiga 1891: 135-137; 152-154; Vilaça 2007: 67. Os dados fornecidos por Veiga, os únicos relativos às circunstâncias de achado, não autorizam, em nosso entender, localização tão precisa no sítio do “Cimo da Igreja”, conforme é proposto na *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém* 2006: 145.

⁴⁷ Vilaça 2007: 70.

⁴⁸ Veiga 1891: 154-155; Vilaça 2007: 53.

⁴⁹ Brandão 1970: 324; Coffyn 1985: 224, 390 e 395; Ruivo 1993.

⁵⁰ Almeida e Ferreira 1959: 504-505 e est. II-11; Monteagudo 1977: 248 e Tafel 118. Em exposição no Museu Municipal de Torres Novas com a indicação (errônea) de ser da “região de Torres Novas”.

⁵¹ Ferreira 2006: 129.

⁵² Cartailhac 1886: 220-222 e fig. 20.

⁵³ Vasconcelos 1956: 207.

Número de objectos	Número de depósitos	%
1	14	58,33
2 a 4	3	12,5
9 a 10	2	8,33
18 a 32	2	8,33
Indeterminado	3	12,5

Quadro 1

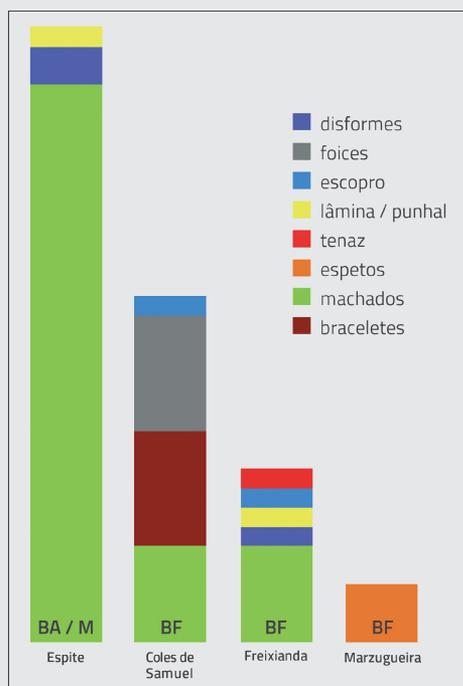


Gráfico 1

pósitos com o espaço é de nível micro, ou seja, dos próprios consigo mesmo, da sua singularidade, associações e forma de deposição.

Os cerca de vinte e cinco casos aqui seleccionados contemplam doze categorias de artefactos de diversos tipos, em ouro, no caso dos colares, em cobre/bronze, nos demais, entre peças inteiras e fragmentadas, novas e usadas: machados, foices, escopros, punções, tenaz, punhais, lanças, espetos, braceletes, lingotes e disformes.

Se atendermos à notável diversidade de tipos e respectivas funcionalidades (instrumentos de trabalho, armas, objectos de adorno e instrumentos rituais) — e aqui não contamos com outras produções de contextos habitacional e funerário, como “*tranchets*”, fíbulas, argolas, etc., também presentes na Alta Estremadura⁵⁴ — teremos de reconhecer, em primeiro lugar, a pertinência da ideia de um “Grupo Lusitano” do Centro do território português caracterizado pelo dinamismo de produções metálicas próprias, imitações, importações e exportações⁵⁵.

Depois, devemos atender ao número de deposições, diversidade de conteúdos e variabilidade de contextos de deposição. Temos depósitos de uma só peça, a esmagadora maioria, com quase 60%; ou de várias, sendo raros os casos com dois dígitos, destacando-se a notável quantidade de trinta e duas peças no de Espite, conforme já sublinhámos (Quadro 1). Quanto à primeira situação, de depósitos de uma só peça, o problema é complexo e de difícil controlo, mas poderia, afinal, expressar tão-só a regra, isto é, a prática mais frequente e comum de deposição. Traduziria ela atitudes individuais por oposição a práticas colectivas articuladas supostamente com os depósitos de vários artefactos? Note-se também que estes depósitos singulares materializam-se por peças normalmente completas que, nos demais e quando presentes, são sempre acompanhadas por outras fragmentadas. Por outro lado, dos depósitos que reúnem vários artefactos, apenas dois, o de Marzagueira e o das margens do rio Lis, são monotipológicos. Esta faceta não parece revelar especial significado cronológico, uma vez que aquele é do Bronze Final e este seria do Bronze Antigo ou Médio. Mas a maior diversidade tipológica parece incidir, tal como em outras regiões do território português, sobre os depósitos mais tardios, como o de Freixianda ou o de Coles de Samuel (Gráfico 1).

E se centrarmos agora a atenção na frequência de cada um dos tipos de artefactos, verificamos que o elemento caracterizador do fenómeno deposicional

⁵⁴ Vilaça 2012.

⁵⁵ Coffyn 1985: 267.



Fig.6 – Um dos três espetos de Marzigueira, observando-se duas aves no punho (reconstituição e adaptação a partir de Almagro Gorbea, M., Los asadores de bronce del suroeste peninsular, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 77, 1974, fig. 1 e de Kalb, P., Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, 1980, est. 10-3.

na Alta Estremadura é o machado nas suas múltiplas tipologias (planos, monofaciais, de talão e de alvado), funcionalidades, associações e cronologias, neste caso do Bronze Antigo aos inícios da Idade do Ferro. Podemos encará-lo, metaforicamente, como o valor do trabalho e de ligação à terra, pelo uso no abate de árvores e no trabalho de carpintaria (construção de casas e de barcos). Neste aspecto, a região que nos ocupa não se distingue de outras regiões onde os machados são presença constante, ubíqua e promíscua⁵⁶ porque podendo associar-se a múltiplos tipos de artefactos. Por sua vez, as armas, concretamente os punhais, são igualmente transversais ao longo do período analisado, estando presentes nos depósitos mais antigos, caso dos de Espite e de Caldelas, como nos de final da Idade do Bronze, como são os de Alvaiázere e de Fonte de Marcos. Mais do que a guerra, poderão evocar a simbologia guerreira, poderoso instrumento de coerção ideológica numa sociedade composta maioritariamente por camponeses, criadores de gado e artesãos. E não deixa de ser sintomática a total ausência de espadas, todavia presentes, esporadicamente, em regiões periféricas.

Já não pela negativa, mas pela exclusividade, a Alta Estremadura distingue-se ainda por nela se encontrarem depósitos com peças de excepção, como os espetos (cinco dos oito deste tipo conhecidos em território português) e a tenaz, tipos de suma importância por também expressarem o encontro, em terras estremenhas, de dois mundos culturais distantes que moldaram o substrato indígena: o atlântico, a que os primeiros estão vinculados, e o mediterrâneo, em que a segunda é familiar.

Os espetos articulados (Fig. 6), como os dos depósitos de Marzigueira e de Reguengo do Fetal, simbolizam a prática de rituais de comensalidade, portanto de integração social, protagonizados pelas elites do Bronze Final. Expressam a adopção de uma ideologia, de práticas culturais supra-regionais, aspectos de significado bastante mais profundo do que mera reprodução de determinado tipo de artefacto. Efectivamente, os espetos eram utilizados para assar bocados de carne de animais sacrificados em rituais de banquete que integrariam a manipulação de outros instrumentos pertencentes a “kits rituais”, como garfos e fúrculas, facas e caldeirões. A contraprova arqueozoológica desta prática ritual, que deve ser valorizada, revelou-se recentemente no orifício realizado com objecto de secção quadrangular (espeto ou dente de garfo) que se observa numa tibia de ovelha do Castro dos Ratinhos⁵⁷. Mas o cenário ritual é ainda vinculado pelos particulares atributos iconográficos de um dos espetos de Marzigueira, que exhibe duplo pássaro — animal cultuado à época — bem assim como pelo número repetitivo de três exemplares⁵⁸.

⁵⁶ Vilaça 2007: 78.

⁵⁷ Berrocal-Rangel et al. 2010: 332 e fig. 152.

⁵⁸ Vilaça 2007: 71.



Fig.7 – Tenaz de Freixianda.



Fig.8 – Os Penedos Altos ou “Portas de Alvaiázere”.

Quanto à tenaz de Freixianda, é caso único⁵⁹ (Fig. 7). O interesse do depósito de que faz parte, cuja análise recente fundamentou a ideia de integrar produções regionais características da metalurgia do Bronze Final do território português⁶⁰, de resto já denunciada pela tipologia dos materiais que reúne, típicos do Centro do território português (punhal tipo Porto de Mós, machados de alvado, machado unifacial), manifesta-se a diversos títulos, sendo a existência daquela incontornável⁶¹. Trata-se, por excelência, de peça do ofício de metalurgista que a utilizaria quer na fundição, para pegar nos cadinhos e para retirar os objectos dos moldes, quer na deformação plástica, para segurar os lingotes e peças no processo de martelagem. É exemplar único no Bronze Final da Península Ibérica, o que indica que aquelas primeiras operações deveriam ser efectuadas preferencialmente com tenazes em vime, madeira, ou outro material perecível, já que só na martelagem do ferro, incandescente, seriam absolutamente imprescindíveis. Os principais paralelos conduzem-nos ao mundo mediterrâneo⁶², nomeadamente à Sardenha, onde encontramos sete exemplares de “tipo Levantino”, como o de Freixianda (neste caso com “ombros” pouco desenvolvidos). É admissível e provável uma cronologia tardia para este depósito, da 2.ª metade do séc. IX a.C. ou já mesmo do séc. VIII a.C. (não obstante as características das ligas binárias), tendo em conta a presença de machados de alvado⁶³, mas também pelo presumível uso preferencial deste tipo de tenazes no trabalho do ferro.

Numa segunda aproximação da relação dos depósitos com o espaço — o físico, i.e. geográfico, mas igualmente com os lugares, ou seja os carregados de significado, de sentido, portanto espaços vividos, experienciados, perceptivos, existenciais e cognitivos⁶⁴, sobressai ainda a diversidade de situações. Muitas delas, revelando bem tratar-se de deposições estruturadas e não casuísticas, articulam-se directamente com o que podemos designar “lugares naturais”, sejam eles grutas, fendas de rochas, nascentes, rios, encruzilhadas de caminhos, penedias, etc. São lugares discretos, de referência física e/ou simbólica, portanto elementos participantes na construção de sociabilidades e de memórias de gerações e, por isso mesmo, de significado inevitavelmente mutável.

Esse é o caso dos Penedos Altos (Fig. 8), correspondentes a espectacular acidente topográfico, impressionante em termos visuais, pela forma e dimensão, que foi sacralizado pela ocultação na fenda de uma rocha de, pelo menos, um machado. Despídos do enquadramento artificial que os actuais pinheiros lhes conferem, aqueles pináculos, nascidos da terra e tocando os céus, eram únicos, sugestivos e referenciais de uma ordem, de uma identidade, de uma memória colectiva,

⁵⁹ Para um estudo aprofundado do depósito de Freixianda, veja-se Vilaça *et al.*, 2013.

⁶⁰ Gutiérrez Neira *et al.* 2011.

⁶¹ A peça que estudámos e publicámos (Vilaça 2007: fig. 25 e 26 a) é manifestamente distinta da que foi publicada por Coffyn 1985: planche XLIX-5, quer na forma, quer na dimensão (aquela tem 28,1 cm, esta 18,6 cm), não sabendo nós como explicar esta situação. A hipótese de existirem dois exemplares seria a mais racional, de resto possível se atendermos ao que foi publicado em *A Voz de Freixanda* de Março de 1967: 3 em que se noticia pela primeira vez o achado dos bronzes e se referem “pinças” e não “pinça” (entenda-se, tenaz). Também na *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém* 2006: 161 é referido para o conjunto de Freixianda “um compasso e uma pinça” sem qualquer outro comentário. Todavia, Brandão 1970: 324 só menciona uma pinça (ou compasso).

⁶² Lo Schiavo *et al.* 1985: 23-25; Giardino 2005: 502.

⁶³ Recorde-se a tardia datação radiocarbónica (GrN-27080: 2590±40 BP) do nível de ocupação do povoado de Vila Cova-à-Coelheira (Vila Nova de Paiva) onde se encontrava machado de alvado, de liga ternária (Mendes 2009: 70; 90).

⁶⁴ Tilley 1994: 15-17.



Fig.9 – O lugar de Marzueira, em zona natural de passagem, observado a partir do Castro de Alvaiázere.

elos na aproximação dos homens aos deuses, e talvez mesmo, como muitos outros casos, com um nome à volta do qual gravitaria uma *estória*⁶⁵.

Mas a estratégia na procura de uma lógica e de um sentido por parte dessas comunidades pretéritas poderia ser outra, pautando-se pela sacralização do que conduzia à profundidade da terra, ao submundo ou ao mundo dos mortos. Lapas e grutas⁶⁶, como aquelas onde se encontraram o colar de Penela e a lança da Nascente do Algarinho, ilustram essa situação. Neste caso, mais que certo⁶⁷, atendendo ao contexto específico em ambiente ctônico, aqui acompanhado pela presença da água e, concretamente, relacionado com a nascente. Aliás, o facto de a lança não revelar quaisquer vestígios de uso, reforça essa hipótese como constitui, de resto, argumento acrescido ao poder metafórico e simbólico das armas enquanto elementos de violência, evocando, por conseguinte, a morte.

Tal como as rochas, também a água exerceu poderosíssimo papel na forma como as sociedades sem escrita entenderam, ordenaram e construíram o seu mundo, o seu cosmos. Testemunhando-o, as deposições metálicas em meio aquático ou húmido (rios e lagos) são um fenómeno pan-europeu e particularmente característico de além-Pirenéus. As águas e o seu culto são indissociáveis das divindades que as habitariam, tendo conhecido crescente atenção no Bronze Final como bem expressa esse tipo de depósitos, aspecto que foi já correlacionado com a degradação climática que se fez sentir naquele período⁶⁸. E porque não também pela crescente importância que as viagens por meio aquático, nomeadamente de longo curso, então conheceram? No território português as deposições em meio húmido, transversais a toda a Idade do Bronze, são protagonizadas por machados, não por armas como na restante Europa; e traduzem, como vimos, mais do que verdadeiras deposições profundas em meio aquático, situações de margem, de fronteira, ambíguas, entre a terra e a água, transmutáveis em função dos ritmos da natureza, do movimento das águas, da dinâmica dos lugares. Das vinte e duas situações que conhecemos no território português, quatro encontram-se na região que analisamos: Pereira do Campo, Casal da Quinta, Rio Lis e Caldelas.

Ainda com a água presente por perto, a localização da deposição dos três espetos de Marzueira “respira” particular significância (Fig. 9). O lugar, no sopé da vertente norte da serra de Alvaiázere, no topo da qual se encontra povoado coevo que Paulo Félix ajudou a conhecer melhor⁶⁹, é bem sugestivo: numa depressão, lá bem no fundo, dominado visualmente por aquele, é um lugar natural

⁶⁵ Quer Tilley 1994: 18, quer Bradley 2000: 157 sublinham a importância da denominação de lugares na reprodução de memórias.

⁶⁶ Na opinião de Bradley 1993: 29, proporcionando o melhor exemplo de um lugar natural.

⁶⁷ Nas visitas que tivemos oportunidade de efectuar à gruta em 1999, verificámos que não oferece condições de habitabilidade (Vilaça 2007 a: 45-46).

⁶⁸ Burgess 1980: 196.

⁶⁹ Entre outros trabalhos do autor desenvolvidos no âmbito da sua dissertação de doutoramento (em fase de ulitimação), veja-se Félix 2006.

de passagem e onde brota da rocha farta nascente de água, conforme já observado por Ferraz de Macedo, e hoje adaptada a tanque da aldeia⁷⁰. Mais uma vez deparamo-nos com a proximidade de deposições metálicas à água, configurando cenário de carácter ritual, mas não necessariamente funerário, como já antes observámos⁷¹ que, neste caso, atendendo igualmente à natureza e número das peças, como também vimos, sai reforçada.

Por conseguinte, foram várias as estratégias de ocultação do metal com suas diversas *performances* e seus múltiplos sentidos, esfumados no e pelo tempo, e de que só nos é possível, enquanto arqueólogos, vislumbrar de longe.

4. MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO

Se a focagem foi até agora dirigida para os conteúdos e os lugares de deposição, é ainda pertinente alargá-la e tentar captar, a uma macro-escala, outras pautas comportamentais de manipulação e de distribuição dos depósitos. É que, embora ocultos, os depósitos não deverão deixar de ser *também* entendidos como "*agentes de apropriação de territórios*"⁷², simbolicamente concretizada no acto de deposição. Por isso, nesta análise seria necessário convocar, e confirmar, os demais testemunhos conhecidos relacionados com o povoamento das diversas áreas em análise, objectivo só aqui parcialmente alcançado. Nem o espaço de que dispomos o permite, nem as nossas próprias limitações condicionadas a trabalho de campo por realizar, tarefa a desenvolver em equipa, o aconselham. Todavia, e exactamente por isso, não será desajustado avançar, enquanto hipóteses de trabalho, com alguns modelos de distribuição.

Um dos modelos interpretativos que propomos poderá ser designado de "complementaridade" e aplica-se aos casos que já designámos como "depósitos periféricos"⁷³, na medida em que próximo dessas deposições existe um lugar habitado que domina o território, ou seja, tais deposições têm de ser compreendidas em relação com o sítio onde viviam os produtores, consumidores e praticantes dos "actos de deposição". Por exemplo, à Gruta do Algarinho deverá associar-se o Castro de Tombadouro que lhe fica próximo, a c. de 1100 m a norte. Parcialmente muralhado, sobranceiro ao rio Dueça e dominando em termos visuais todo o arco definido de nordeste a sudeste, mas não a zona onde a gruta se situa, deverá ter correspondido a importante povoado. Todavia, pouco se lhe

⁷⁰ Macedo 1893: 22; Vilaça 2007: 71 e fig. 35.

⁷¹ Ver nota 38.

⁷² Vilaça 2007: 62.

⁷³ Vilaça 2007: 62-63.

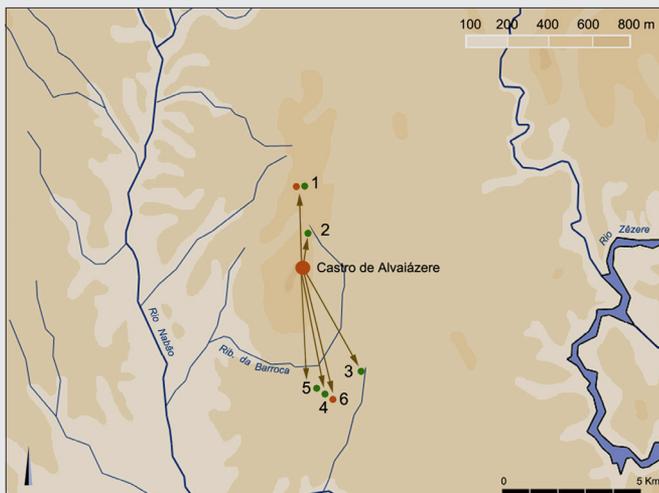


Fig.10 – O “complexo de Alvaiázere” com o povoado central.
 1. machado da Serra dos Carrascos e castro da Serra do Castelo; 2. espetos de Marzueira; 3. escopro e machados das Carrasqueiras; 4. machado dos Penedos Altos; 5. Punhal de Alvaiázere (junto aos Penedos Altos, localização hipotética); 6. Castelo de Sobral Chão.

conhece porque não escavado. Além das muralhas, de cronologia imprecisa, pequena lasca de sílex e alguns fragmentos cerâmicos entre os quais se contam tipos característicos do Bronze Final, inéditos, indicam contemporaneidade com a deposição da ponta de lança⁷⁴.

À luz do que os dados proporcionam, observa-se também que essa relação de complementaridade aplica-se fundamentalmente a pequenos depósitos, muitos deles de carácter singular. Pelo contrário, depósitos complexos, como os de Coles de Samuel ou de Freixianda, surgem isolados e afastados de sítios de habitat, pelo menos conhecidos.

Uma variante daquele modelo pode assumir configuração “radiada” quando se multiplicam vários depósitos em função de um centro estruturador e construtor de sociabilidade (Fig. 10). Na região em análise essa imagem adequa-se ao que se pode designar como “complexo de Alvaiázere”, com seu povoado central topograficamente privilegiado, com mais de 50 hectares na sua segunda fase de ocupação⁷⁵, nó polarizador de um território pontuado por outros habitats (cuja cronologia, do Bronze e/ou do Ferro importaria definir) e depósitos. A essa capitalidade ajusta-se bem a informação, vaga mas sugestiva, do achado durante a lavra de um “argolão de ouro”⁷⁶. Por outro lado, a relação próxima entre os Penedos Altos e o Castelo de Sobral Chão (Pelamá) identificado por Aquino⁷⁷ como povoado muralhado com ocupação da Idade do Ferro (recuando ao Bronze Final?), que lhe fica a NW, tal como do machado da Serra dos Carrascos e do castro da Serra do Castelo antes referidos, permitem-nos equacionar a existência, no vasto território de Alvaiázere, de distintos complexos de povoados/depósitos numa relação hierárquica tendo por vértice o Castro de Alvaiázere, verdadeiro *focus* regional.

Neste olhar mais além, visualizam-se outros modelos, agora “lineares”, que depósitos metálicos, habitats e outros ajudam a entender, revelando a sua estreita ligação a rotas naturais de circulação, concretamente nos finais da Idade do Bronze.

Entre elas destaca-se a já velha “Estrada Coimbra”, agora recuada ainda mais no tempo. Efectivamente, a sua consagração a partir do séc. XII mais não é a da repetição de traçados de origem milenar que o brilho dos metais há muito havia iluminado. Na sua rota definiam-se dois percursos principais que, partindo de Coimbra, se voltavam a reunir por alturas de Pereiro, a sul da Ribeira da Murta

⁷⁴ Vilaça, 2008: nota 9; Vilaça 2012.

⁷⁵ Félix 2006: 69.

⁷⁶ Figueiredo 1895: 317. A notícia não permite, contudo, inferir a cronologia do presumível achado.

⁷⁷ Aquino 1986: 39.

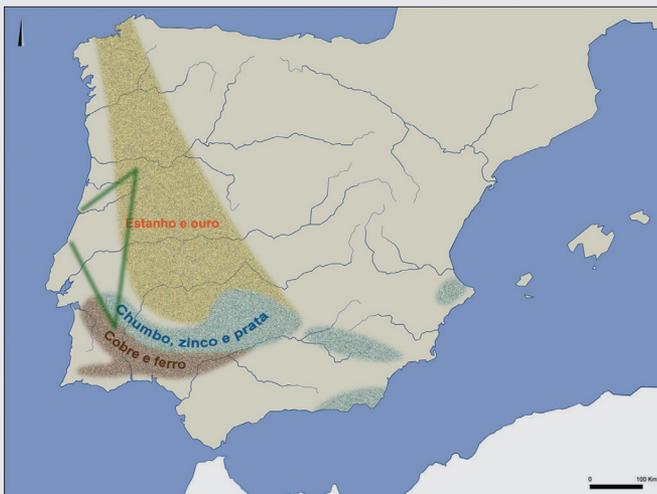


Fig. 12 – Modelo triangular em que se inseria a [Alta] Estremadura, com sua intensa produção, circulação e deposição do bronze e as principais concentrações de recursos de cobre e de estanho (base cartográfica adaptada de Abril Cassinello, M. V., Comunidades calcolíticas del Suroeste de la Península Ibérica, Huelva Arqueológica, 18, 2003, p. 60).

pelo interior até às Beiras, a Estremadura, pautada por intensa especialização agro-pecuária⁸⁶, detinha ainda fácil e directo controlo sobre o “ouro branco” que o mar, próximo, lhe proporcionava e beneficiaria ainda da complementaridade de recursos de montanha, como pastos e floresta, e das extensas áreas férteis onde, aliás, se encontram vários dos depósitos mencionados, como os de Frei-xianda, de Espite e de Caldelas, por exemplo.

Nesta escala macro, é um “modelo triangular” que se configura, inspirado no modelo locativo de Weber⁸⁷, com um vértice no estanho do norte e das Beiras, um outro no cobre do sul e um terceiro convergindo para a Estremadura, região que se expressa como uma autêntica plataforma de trocas e produções, verdadeira “centralidade d(n)a periferia” do mundo conhecido de então, com especial concentração de artefactos de bronze (Fig. 12). Às rotas terrestres antes comentadas deve ser associada a navegabilidade dos paleoestuários do Lis e do Mondego que facilitaria o escoamento das suas produções, e a entrada de outras, por ventura afastadas daquelas.

A Alta Estremadura e os seus depósitos, aqui revistos também como memórias de lugares, são ilustres protagonistas de uma história que aconteceu, ia acontecendo, ou podia ter acontecido, entre as muitas da Idade do Bronze. Contá-la(s) será sempre um desafio balançando entre o que se conservou e se conhece, por vezes meros artefactos metálicos fragmentados “pseudo-perdidos”, e o que é conjecturável, numa narrativa de compromisso assumida, sem dúvida mais possível do que provável e menos ainda, verificável. Mas que se pretende científica porque elaborada com método, rigor e espírito crítico numa visão integrada. E se é verdade que “*space can only exist as a set of relations between things or places*”⁸⁸, igualmente certo é que “*os homens não podem viver sem objectos, nem mesmo sem os inúteis*”, sendo que “*a função do arqueólogo é destruir a imediatez do objecto*”⁸⁹. Procurámos, com este modesto contributo, caminhar nesse sentido.

⁸⁶ Aspecto sublinhado por João Luís Cardoso em diversos trabalhos e em particular para a Baixa Estremadura.

⁸⁷ Vilaça 1995: 420-421; 2007b: 136-137.

⁸⁸ Tilley 1994: 17.

⁸⁹ Alarcão 1983: 472 e 474.

AGRADECIMENTOS

A José Luís Madeira e Carlo Bottaini, pela elaboração dos mapas e tratamento de imagens; a João Pedro Bernardes, pela cedência de bibliografia não disponível em Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. (1983) — A dimensão antropológica da Arqueologia, *Biblos*, LIX, p. 470-477.
- Almagro Gorbea, M. (1974) — Los asadores de bronce del suroeste peninsular, *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, 77, p. 351-395.
- Almeida, F. e Ferreira, O.V. (1959) — Antiguidades de Torres Novas, *Revista de Guimarães*, 69 (3-4), p. 501-510.
- Aquino, P. (1986) — *Subsídios para o estudo da carta arqueológica do concelho de Alvaiázere*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (policopiado).
- Armbruster, B. e Parreira, R. (coord.) (1993) — *Catálogo. Coleção de Ourivesaria, 1.º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Lisboa, Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.
- Bernardes, J.P. (2007) — *A Ocupação Romana na Região de Leiria*, Promontoria Monográfica 06, Centro de Estudos de Património, Universidade do Algarve.
- Bonnardin, S. et al. (dir.) (2009) — *Du Materiel au Spirituel. Réalités archéologiques et historiques des "dépôts" de la Préhistoire à nos jours*, Antibes, Ed. APDCA, [Actes des Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes].
- Bradley, R. (1993) — *Alternating the Earth*, Edinburgh, Society of Antiquaries of Scotland, Monograph Series Number 8.
- Bradley, R. (2000) — *An Archaeology of Natural Places*, London, Routledge.
- Brandão, D.P. (1970) — Achados de cobre e de bronze na região de Leiria, *O Arqueólogo Português*, série 3, IV, p. 324.
- Burgess, C. (1980) — The Bronze Age, in Renfrew, C. (ed.), *British Prehistory. A New Outline*, London, Duckworth, p. 165-233.
- Cardoso, J.L. (2004) — *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*, [Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12], Oeiras.
- Coffyn, A. (1985) — *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris, 11, col. Maison Pays Ibériques, 20.

- Coutinho, J.E.R. (1986) — *Ansião. Perspectiva global da Arqueologia, História e Arte da vila e do concelho*, Coimbra.
- Coutinho, J.E.R. (1999) — *Idade do Ferro e Romanização no Monte Figueiró: perspectivas e problemas existentes*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (policopiado).
- Cunha, E. (coord.) (2008) — *Intervenção de Antropologia Biológica: Gruta do Algarinho (Santa Eufémia, Penela, Coimbra)*, Coimbra (relatório policopiado).
- Daveau, S (1988) — A Estrada Coimbrã. O traçado pela serra de Ancião, *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, p. 451-461.
- Félix, P. (2006) — O final da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro no Ribatejo Norte (Centro de Portugal): uma breve síntese dos dados arqueográficos, *Conimbriga*, XL, p. 65-92.
- Ferreira, A. (2006) — *Museu da Diocese de Leiria-Fátima. Alma e Imagem*, Diocese de Leiria-Fátima.
- Ferreira, A.M. e Lapa, F. (1991) — *Carta Arqueológica do Concelho de Soure: segunda fase*, Soure (policopiado).
- Figueiredo, A.M. (1895) — Informações archeologicas colhidas no "Diccionario Geographico" de Cardoso, *O Archeologo Português*, I, p. 316-320.
- Giardino, C. (2005) — Metallurgy in Italy between the Late Bronze Age and the Early Iron Age. The Coming of Iron, in Attema A. e Zifferero A. (eds.), *Papers in Italian Archaeology IV, Communities and Settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period*, Proceedings of the 6th Conference of Italian Archaeology held at the University of Groningen, BAR International Series 1452 (I), p. 491-505.
- Gutiérrez Neira et al. (2011) — Late Bronze Age hoard studied by PIXE, *Nuclear Instruments and Methods in Physics Research B* 269, p. 3082–3086.
- Jarnaut (1915), *Monografia do Município Penelense*, Penela, Ed. João Pedro A.
- Kalb, P. (1998), Produção local e relações a longa distancia da Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica, in Jorge, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?*, Lisboa, IPA, *Trabalhos de Arqueologia* 10, 157-165.
- Lo Schiavo, F., Macnamara, E. e Vagnetti, L. (1985) — Late Cypriot imports to Italy and their influence on local Bronzework, *Papers of the British School at Rome*, 53, p. 1-70.
- Mattoso, J., Daveau, S. e Belo, D. (2011) — *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Maia, Temas e Debates / Círculo de Leitores.

- Mendes, S. (2009) — *O Castro de Vila Cova-à-Coelheira: a ocupação proto-histórica*, [Estudos Pré-históricos, 14], Viseu, Cepba.
- Monteagudo, L. (1977) — *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München, C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- Oliveira, D. (1884) — *Noticias de Penella. Apontamentos históricos e archeologicos*, Lisboa, Casa Minerva.
- Pereira, J. (coord.) (2006) — *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Câmara Municipal de Ourém.
- Pereira, M.A.H. (1971) — O esconderijo do bronze final de Coles de Samuel (Soure), *Arqueologia e História*, 9.ª série, III, p. 165-174.
- Pessoa, M. (2003) — Uma ponta de lança do Bronze Final, *Actas do IV Congresso Nacional de Espeleologia (NEL/FPE)*, Leiria, p. 124-127.
- Ribeiro, O. (1968) — Excursão à Estremadura e Portugal Central, *Finisterra*, III (6), p. 274-299.
- Rocha, A.S. (1899-1903) — Vestigio da epocha do bronze em Alvaiázere, *Portugália*, t. I (1-4), p. 135-136.
- Rocha, A.S. (1904) — Materiaes para o estudo da Idade do Bronze em Portugal, *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, t. I (1), Figueira da Foz, 13-14.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (ed.) (1995) — *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ria de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Madrid, Universidad Complutense.
- Sarmiento, F.M. (1933) — A argola encontrada em Penela, *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 282-287.
- Silva, J.P. (1883) — Grande argola de ouro achada em Portugal na província da Extremadura em 1883, *Boletim da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, 2.ª série, IV, p. 62-63.
- Silva, M.O. e Salgueiro, P. (1991) — Levantamento Arqueológico do Concelho de Penela, 2 vols., Coimbra, Instituto de Arqueologia (policopiado).
- Silva, P. e Luís, L. (1995) — Localização de alguns objectos de bronze provenientes do concelho de Alvaiázere, *Munda*, 30, p. 83-89.
- Simões, A.A.C. (2003) — *Topografia Médica das Cinco Vilas e Arega*, Minerva, Coimbra [edição fac-similada, Imprensa da Universidade, 1860].
- Tilley, Ch. (1994) — *A Phenomenology of Landscape*, Oxford, Berg Publishers.

Vasconcelos, J.L. (1913) — Aquisições do Museu Etnológico Português, *O Archeologo Português*, XVIII, p. 131-168.

Vasconcelos, J.L. (1917) — Coisas Velhas, *O Archeologo Português*, XXII, 145.

Vasconcelos, J.L. (1956) — Coisas Velhas, *O Archeologo Português*, XXX, p. 205-209.

Veiga, S.E. (1891) — *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional.

Vilaça, R. (1995) — *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, Trabalhos de Arqueologia 9, Lisboa, IPPAR, 2 vols.

Vilaça, R. (2006) — Um colar do Bronze Final proveniente do Bolho (Cantanhede, Coimbra)", *Conimbriga*, XLV, p. 93-104.

Vilaça, R. (2007a) — *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto*, Conimbriga / Anexos 5, Coimbra.

Vilaça, R. (2007b) — Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, [Actas do Colóquio *A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas*, Lisboa], p. 135-154.

Vilaça, R. (2008) — No rasto do Bronze Final do Centro-sul da Beira Litoral: artefactos metálicos e seus contextos, in Callapez, P.M. et al. eds., *A Terra: conflitos e ordem. Homenagem ao Professor Ferreira Soares*, Coimbra, p. 75-88.

Vilaça, R. (2012) — Arqueologia do Bronze no Centro-Sul da Beira Litoral e Alta Estremadura (II-I milénios a.C.), *Actas do Colóquio Olhares sobre a História, a Arqueologia e a Geologia de Vila Nova e da Serra da Lousã*, Vila Nova/Miranda do Corvo, p. 16-32.

Vilaça, R. e Cunha-Ribeiro, J.P. (2008) — Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral, In Vilaça e Cunha-Ribeiro (coords.), *Das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral / From the earliest human occupations to the Romans' arrival to the Beira Litoral [Territórios da Pré-história em Portugal, vol. 4]*, Tomar, Arkeos, 23, p. 11-105.

Vilaça, R.; Bottaini, C.; Montero Ruiz, I. (2013) — O depósito do Cabeço de Maria Candal (Freixianda, Ourém, Portugal), *O Arqueólogo Português*, série V, 2, p. 295-351.

Vilaça, R.; Bottaini, C.; Sobral, P.; Paternoster, G. (no prelo) — O punhal de São Martinho de Orgens (Viseu) no seu contexto local: o ser e o estar, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa.

